

MANIFESTO MOTOCICLISTA

CONTRA A FARSA DAS INSPEÇÕES ÀS MOTOS

O interesse económico continua a prevalecer face à prevenção da sinistralidade rodoviária. Os utentes das estradas continuam a ser tratados como um negócio que se procura rentabilizar. Não aceitamos que as vítimas da estrada continuem a ser usadas para justificar a implementação de medidas que em nada se relacionam com a prevenção da causa dos sinistros.



Dia 17 de junho de 2023 às 16:00 horas de Portugal continental, o GAM - Grupo de Acção Motociclista chama a atenção para a FARSA das Inspeções às Motos com demonstrações de motociclistas no Porto, em Coimbra, em Lisboa, em Faro e no Funchal.

A directiva Europeia (2014/45/EU) que regula as inspeções aos veículos matriculados na UE tem por base relatórios de consórcios com vasto interesse económico na obrigatoriedade das inspeções às motos. O Lobby que em Portugal representa o negócio ligado às inspeções automóveis, continua a afirmar que as inspeções às motos são “uma medida importante para a redução da sinistralidade dos motociclos”. Este argumento é falso. Segundo os dados da ANSR, em Portugal é estatisticamente impossível alguém morrer por falha mecânica da moto:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2736100876682731&set=a.422770383315003>



**INSPEÇÃO GARANTE RECEITA
NÃO PREVINE SINISTRALIDADE**

Todos os estudos dedicados à sinistralidade de veículos de duas rodas a motor, concluem que a sinistralidade rodoviária em veículos de 2 rodas a motor causada por falha técnica (factor veículo) têm uma expressão insignificante. Há factos e estatísticas que confirmam que as inspeções não são solução. Dois estudos, um focado no espaço Europeu (MAIDS Report) e outro realizado por uma seguradora francesa, revelam que 0,3% no primeiro e 0,4% no segundo são as percentagens de acidentes com motos cuja causa do acidente é deficiência técnica do veículo.

De acordo com a Motorcycle Safety Foundation, mais de metade de todas as fatalidades ocorridas em veículos de 2 rodas a motor envolvem outras tipologias de veículos, onde na esmagadora maioria dos casos, ao condutor do automóvel ou do veículo pesado – e não ao motociclista – é atribuída a culpa pelo incumprimento das mais básicas regras rodoviárias.

SOMOS CONTRA AS INSPEÇÕES ÀS MOTOS PORQUE:

1 – A Inspeção Periódica Obrigatória (IPO) às motos é justificada para reduzir o número de mortes nas estradas, mas essas mortes não resultam da falha mecânica da moto. A culpa não é da moto,

por isso não aceitamos que nos obriguem a uma inspeção à moto. Não é o veículo, mas sim a condição das vias e o factor humano, que são apontados por todos os estudos de sinistralidade rodoviária como as principais causas dos sinistros. As medidas preventivas devem centrar-se nessas áreas de maior impacto na redução da sinistralidade rodoviária, porque são esses os fatores que mais que contribuem para os sinistros rodoviários.

2 – Os centros de inspeção não se responsabilizam pelo serviço que prestam, nem nos dão quaisquer garantias ou mais valias em termos de prevenção da sinistralidade rodoviária.

3 – Em Portugal, já existem inspeções às motos que apresentam irregularidades perante as autoridades. A IPO é uma medida que visa taxar todos os motociclistas sem exceção. Obrigar motos 100% homologadas à IPO não irá acabar com a sinistralidade nem com as motos ilegais, pois estas só irão à inspeção pela mão das autoridades que fiscalizam o trânsito. Contudo, é precisamente isso que já acontece nos dias de hoje com a lei atual, não é preciso outra:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=548586840733356&set=a.422770383315003>

5 – A IPO às motos transfere um dever das autoridades para um negócio de privados. As autoridades que fiscalizam o trânsito já são pagas por todos nós para nos fiscalizar. Para além da perda de tempo e dinheiro, a IPO nada acrescentará aos motociclistas nem às autoridades que continuarão a multar e a enviar para inspeção B "motos ilegais", independentemente de ter ou não sido aprovada na IPO.

6 – É uma lei que não previne a sinistralidade, mas garante o aumento do custo de vida dos motociclistas. A medida apenas garante o aumento do volume de receitas dos centros de inspeção e das autoridades através das multas por falta de inspeção periódica obrigatória.

7 – As entidades que têm o dever de agir preventivamente no combate ao flagelo que são as mortes na estrada ficam munidas de mais uma lei que lhes permite ir mais vezes à carteira dos motociclistas.

8 – A ausência da IPO passa a ser mais um motivo que as seguradoras ganham para fugir ao pagamento das compensações dos sinistros.

Apelamos ao jornalismo independente, que investigue e publique os verdadeiros interesses que estiveram por detrás da lei que obrigou os centros de inspeção a gastar avultadas quantias de dinheiro, na compra de equipamentos inúteis à prevenção da sinistralidade com as motos e que apenas serviram quem lhes vendeu.

DICA:

Os impunes que estiveram por de trás dessa lei que lhes garantiu um negócio de milhões (sigam o rasto ao dinheiro!), quando conseguiram obrigar os centros a "equipar-se" para as motos, que indemnisem esses centros de inspeção pelo dinheiro e tempo que perderam nessa jogada... "desgraçados", até enganados por quem os representa foram...

NOTA:

O GAM foi criado em 2005 para defender os interesses e direitos dos motociclistas e a prática do motociclismo; foi este organismo que organizou as grandes manifestações nacionais contra os rails, as portagens, pela lei das 125cc, etc. Desde a questão da lei das 125cc não voltámos a ter um assunto que levasse à necessidade de mobilização massiva dos motociclistas.